



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

GPL - TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1412001/2021
FLS. 1901
RUB. _____

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Parecer nº 1603016/2022-CGM
Pregão Eletrônico nº 012/2022
Processo Administrativo nº 1412001/2021

**REGISTRO DE PREÇOS PARA
EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA PARA O FORNECIMENTO
DE MATERIAL DE HIGIENE E
LIMPEZA, DE FORMA PARCELADA,
PARA ATENDER AS NECESSIDADES
DO MUNICÍPIO DE TRIZIDELA DO
VALE.**

O Setor de Controle Interno do Município de Trizidela do Vale – MA, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto nos arts. 31, 70, 74 e 75 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº. 101/2000, conjugados com o disposto nas Leis Federais nº. 4320/64 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público.

Visto ao conhecimento desta Controladoria, processo Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 012/2022 para análise e parecer opinativo, referente ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, DE FORMA PARCELADA**, de interesse do Município de Trizidela do Vale, para análise quanto a legalidade e verificação das demais formalidades, atuando no tocante a legalidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Por se tratar de um processo administrativo, no qual requer análise técnica e de conformidade do procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial, tipo Menor Preço**. O processo licitatório em epígrafe encontra-se instruído com a seguinte documentação:

1. Solicitação de abertura de processo licitatório;
2. Termo de referência do objeto solicitado;
3. Cotação de valor médio dos preços praticados;
4. Comprovação de existência de lastro orçamentário e indicação dos recursos através do Departamento de Contabilidade;
5. Declaração de adequação orçamentária e financeira;
6. Autorização para o início do processo licitatório;
7. Ato de designação de Presidente e composição de equipe de apoio;
8. Comissão Permanente de Licitação;
9. Autuação do procedimento licitatório;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

CPL - TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1412001/20 21
FLS. 1902
RUB. F

10. Minuta do Edital e Anexos;
11. Parecer Prévio da Assessoria Jurídica do Município;
12. Edital do Pregão ELETRÔNICO e seus anexos;
13. Comprovação de publicação do aviso de licitação;
14. Ata de realização do certame;
15. Termo de Adjudicação;

Após a devida análise da documentação de habilitação bem como a entrega das propostas adequadas das licitantes, foram consideradas habilitadas e vencedoras as empresas: **A P M SEREJO LTDA**, CNPJ Nº 43.681.732/0001-05, classificada para fornecer os produtos com referência aos itens: 0001, 0002, 0003, 0006, 0007, 0008, 0011, 0012, 0013, 0014, 0015, 0016, 0017, 0019, 0020, 0021, 0022, 0025, 0027, 0028, 0033, 0034, 0035, 0036, 0041, 0042, 0043, 0044, 0046, 0047, 0048, 0049, 0054, 0055, 0056, 0057, 0058, 0059, 0061, 0062, 0063, 0065, 0065, 0068, 0069, 0076, 0077, 0081, 0083, 0087, 0088, 0090 e 0091 sendo o total da proposta de preço no valor de **R\$ 289.196,62 (duzentos e oitenta e nove mil cento e noventa e seis mil reais e sessenta e dois centavos)**, a empresa **HORIZONTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI**, CNPJ Nº 36.306.615/0001-98, classificada para fornecer os produtos com referência aos itens: 0004, 0018, 0032, 0037, 0040, 0052, 0053, 0079, 0080, 0082, 0084 e 0086 sendo o total da proposta de preço no valor de **R\$ 139.369,20 (cento e trinta e nove mil trezentos e sessenta e nove reais e vinte centavos)**, a empresa **J L SARAIVA EIRELI**, CNPJ Nº 28.634.060/0001-85, classificada para fornecer os produtos com referência aos itens: 0005, 0009, 0010, 0023, 0024, 0026, 0029, 0031, 0038, 0039, 0050, 0051, 0060, 0064, 0066, 0067, 0070, 0071, 0072, 0073, 0074, 0078, 0085 e 0089 sendo o total da proposta de preço no valor de **R\$ 237.082,40 (duzentos e trinta e sete mil e oitenta e dois reais e quarenta centavos)**, a empresa **J. A COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS**, CNPJ Nº 11.201.854/0001-52, classificada para fornecer os produtos com referência aos itens: 0045, sendo o total da proposta de preço no valor de **R\$ 3.864,00 (três mil oitocentos e sessenta e quatro reais)**, a empresa **T R DA SILVA**, CNPJ Nº 18.621.526/0001-54, classificada para fornecer os produtos com referência aos itens: 0030 e 0075, sendo o total da proposta de preço no valor de **R\$ 31.755,60 (trinta e um mil setecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos)**,

Após verificação de todos os documentos anexados ao presente processo licitatório, esta Controladoria constatou que o valor no TERMO DE REFERÊNCIA, foi orçado pela administração em R\$ 1.587.142,27 (um milhão quinhentos e oitenta e sete mil cento e quarenta e dois reais e vinte e sete centavos), e que após a verificação na ATA dos VENCEDORES DO PROCESSO o valor da proposta totalizou R\$701.267,82 (setecentos e um mil duzentos e sessenta e sete reais e oitenta e dois centavos).

Após verificação de todos os documentos anexados ao presente processo licitatório, esta Controladoria apresenta o seguinte parecer:

✓ Parecer:

A vedação de fracionamento do objeto está prevista na Lei 8.666 com uma única finalidade: vedar a sua utilização como subterfúgio a abertura de várias licitações em modalidade mais simples, seja porque são mais rápidas, seja porque o rol de interessados é menor, portanto, mais simples o procedimento, seja porque os requisitos de habilitação não são tão severos. Nesse sentido as normas dos §§ 2º e 5º do art. 23, in fine, desse diploma legal, são claras.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

CPL - TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1412001/20 22
FLS. 1903
RUB. _____

§ 2º Na execução de obras e serviços e nas compras de bens, parceladas nos termos do parágrafo anterior, a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, serviço ou compra, há de corresponder licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação.

§ 5º É vedada a utilização da modalidade "convite" ou "tomada de preços", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços" ou "concorrência", respectivamente, nos termos deste artigo, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.

No mais, mesmo na Lei 8.666 a possibilidade de fracionamento do objeto não só é admitida, como sugerida, desde que presente vantagem econômica. Nesse sentido, vejamos as disposições do inciso 7º do art. 13 da Lei 8.666, para compras, e §§ 1º e 2º do art. 23, para obras e serviços.

No pregão, como a questão do valor é irrelevante, posto que a modalidade é definida pelas características do objeto - bens e serviços comuns - a questão do fracionamento do objeto não se apresenta. A Administração poderá abrir concomitante ou sequencialmente quantos pregões entender conveniente e oportuno, desde que presentes vantagens de ordem econômica, decorrentes do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e da ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.


Diante da instrução processual e exclusivamente em relação a sua formalidade ante aos fatos expostos e análise desta Controladoria realizada, certificamos que a Comissão Permanente de Licitação demonstrou que foram cumpridas as exigências legais vigentes.

Em face ao exposto, a Controladoria manifesta-se, portanto, pela possibilidade de prosseguir o presente para fins da realização das demais fases, observando-se, para tanto, os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial do Município (Portal da Transparência) e portal dos jurisdicionados do TCE/MA.

Retorne os autos a CPL para conhecimento, manifestação e adoção das providências cabíveis.

- Anexar o termo de Homologação;
- Anexar os comprovantes da divulgação do resultado da licitação;
- Anexar o termo de contrato ou instrumento equivalente;
- Anexar o comprovante da publicação do extrato do contrato;
- Anexar a publicação resumida do instrumento de contrato;

Este é o parecer opinativo, salvo melhor juízo.


Ivanilson Soares de Lima
Controlador Geral
Portaria nº 32/2021-GP

Trizidela do Vale, 16 de março de 2022.